

## AT Eleições e Representação

### Nacionalização Partidária no Brasil: Análise Comparada dos Sistemas de 1945-64, 1966-1978 e 1998-2014

Paulo Peres | UFRGS

Bruno da Silva Conceição | UFRGS

Gabriela da Silva Tarouco | UFPE

#### Resumo

Nosso objetivo neste texto é analisar o grau de nacionalização partidária no Brasil em termos processuais e comparativos, considerando sua evolução desde 1946 até 2014. O universo do estudo são os sistemas partidários (a) da democracia de 1946-64, (b) do bipartidarismo do regime autoritário de 1965-78 e (c) do multipartidarismo implementado a partir de 1978-79. Para mensurar o grau de nacionalização partidária utilizamos o *Party Nationalization Score* [PNS], tendo como base empírica as estatísticas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral referentes à conquista de cadeiras da Câmara dos Deputados e das Assembleias Estaduais. Os resultados mostram que o sistema partidário brasileiro é complexo e abriga desde partidos regionais a partidos com nacionalização baixa e moderada, assim como alguns partidos com nacionalização elevada. Além disso, a evolução dos partidos ao longo dos três sistemas partidários considerados levou à interrupção da nacionalização entre o multipartidarismo de 1945-64 e o bipartidarismo subsequente, assim como favoreceu a continuidade da nacionalização dos dois partidos do regime autoritário no sistema partidário atual.

[Versão Inicial – Não Publicar nos Anais do Evento]

#### Palavras-chave:

Nacionalização Partidária; Sistema Partidário Brasileiro; Partidos Políticos Brasileiros

## INTRODUÇÃO

Recentemente, a literatura de política comparada que analisa as novas democracias passou a incluir no conjunto de indicadores de consolidação dos sistemas partidários o grau de nacionalização dos partidos. Isso porque, de acordo com os especialistas, a nacionalização partidária deve ser considerada o resultado da transição da política tradicional para a política moderna e, desse modo, ela é um dos sinais mais relevantes do desenvolvimento político de um país e da qualidade do regime democrático (JONES e MAINWARING, 2003; CARAMANI, 2004; CHHIBBER e KOLLMAN, 2004; MORGENSTERN, 2005). Na verdade, esse movimento significa a retomada de um problema relativamente antigo, mas em bases metodológicas mais acuradas. Pode-se dizer que a preocupação com a nacionalização da política e dos partidos remonta aos primórdios da profissionalização da disciplina de Ciência Política e ganhou maior relevância em meados do século XX. Alguns dos estudos pioneiros analisaram os sistemas partidários europeus e dos Estados Unidos e recorreram a análises históricas da flutuação do voto e dos alinhamentos eleitorais nas eleições presidenciais e parlamentares (DUVERGER, 1970; SCHATTSCHNEIDER, 1960). Quase sempre havia a

orientação normativa de defesa da nacionalização enquanto um fator do desenvolvimento político (LIPSET and ROKKAN 1967).

No caso do Brasil, o problema do regionalismo versus o nacionalismo da política e dos partidos é um dos temas centrais nos debates acadêmicos e nos estudos empíricos desde a proclamação da República (e.g.: OLIVEIRA VIANNA 1927; LEAL 1948; HOLANDA 1936; HAGOPIAN 1996; NUNES 1997). Não obstante, até o momento, análises mais criteriosas sobre o grau de nacionalização dos partidos brasileiros são escassas (e.g: LIMA Jr. 1983; VASSELAI 2015; BORGES 2016; GUARNIERI, PERES e RICCI 2018). Além disso, os poucos estudos empíricos sobre esse tema analisaram insuficientemente o fenômeno numa perspectiva processual e comparada, levando-se em conta a evolução dos três sistemas que se estabeleceram nesse período. Ou seja, em que medida, apesar das interrupções de regime, houve continuidade na nacionalização dos partidos entre os diferentes sistemas.

Nosso objetivo neste texto é contribuir para o preenchimento dessa lacuna. Para tanto, analisamos o grau de nacionalização partidária no Brasil em termos processuais e comparativos, considerando sua evolução desde 1946 até 2014, tendo como universo do estudo os sistemas partidários (a) da democracia de 1946-64, (b) do bipartidarismo do regime autoritário de 1965-78 —estabelecido pelo Ato Institucional Nº 2 e regulamentado pelo Ato Complementar Nº 4— e (c) do multipartidarismo implementado a partir de 1978-79 como componente do processo de abertura democrática.<sup>1</sup> Para mensurar o grau de nacionalização partidária, utilizamos o *Party Nationalization Score* [PNS], proposto por Jones and Mainwaring (2003). A base empírica do estudo provém das estatísticas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral referentes à conquista de cadeiras da Câmara dos Deputados e das Assembleias Estaduais.

Duas suposições orientam a nossa análise. A primeira delas supõe que não houve continuidade no processo de nacionalização considerando-se os sistemas de 1946-64 e de 1965-78, porque se tratou da ruptura de um regime democrático para a implementação de um regime autoritário. A segunda supõe que entre os sistemas de 1965-78 e o atual houve uma continuidade na nacionalização partidária de algumas das principais legendas, nomeadamente PMDB, PSDB, PP e DEM, herdeiras diretas e indiretas do bipartidarismo anterior —MDB e ARENA. Isso porque a segunda transição de regime foi inversa à primeira, saindo-se do autoritarismo para a democracia.

De modo geral, essas suposições são confirmadas pelos dados. Os resultados da análise mostram que não houve continuidade no processo de nacionalização, restrita a poucos partidos, do sistema de 1946-64 para o sistema subsequente, de 1966-78, dada a descontinuidade das estruturas partidárias imposta pelo regime autoritário que se estabeleceu a partir de 1964. Porém, houve uma continuidade

---

<sup>1</sup> Observe-se, entretanto, que o foco do estudo recai sobre as legendas, e não sobre os respectivos sistemas partidários, o que significa que a análise se concentra na nacionalização dos partidos, e não

parcial e relevante na nacionalização partidária de 1966-78 no sistema partidário de 1978-2014 —PMDB [nacionalização elevada], PSDB, PP e DEM [nacionalização moderada], herdeiros do MDB e da ARENA. Portanto, alguns dos principais partidos do quadro atual são “herdeiros” do bipartidarismo do regime autoritário, dando continuidade ao processo de nacionalização iniciado do período anterior. Alguns partidos realmente novos também apresentam um elevado nível de nacionalização, distanciando-se da regionalização característica dos períodos iniciais.

## **A NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA E SEUS FUNDAMENTOS**

Embora tenha raízes na teoria do desenvolvimento político e nos estudos sobre a nacionalização partidária nos Estados Unidos, ambos movimentos acadêmicos dos anos 1960, o estudo metodologicamente mais rigoroso da nacionalização partidária vem se consolidando há poucos anos. A preocupação, entretanto, é a mesma de sempre, ou seja, a oposição entre regionalismo e nacionalismo partidário, considerando-se que a nacionalização é um indicador de qualidade da democracia (JONES e MAINWARING, 2003; CARAMANI, 2004; CHHIBBER e KOLLMAN, 2004; MORGENSTERN, 2005).<sup>2</sup> Mas, o tratamento dos dados é consideravelmente diferente, envolvendo a aplicação de índices matemáticos para a aferição mais precisa do fenômeno.

Com efeito, o estudo da nacionalização partidária levou ao desenvolvimento de um debate conceitual e metodológico bastante intenso a respeito do que se deve entender por nacionalização dos partidos, quais suas dimensões e seus indicadores. Inicialmente, inspirados pela perspectiva de Stokes (1967), um dos pioneiros na análise empírica mais rigorosa desse objeto, um conjunto de pesquisadores procurou apreender o processo de nacionalização dos partidos pelo exame da variação em seus desempenhos eleitorais em eleições sucessivas. Tratava-se do que Morgenstern et al. (2009) vieram a chamar de *mensuração dinâmica da nacionalização*, que consistia em

---

<sup>2</sup> Acima de tudo, a visão negativa da literatura em relação ao regionalismo partidário não decorre tanto da possibilidade de conflito entre políticas regionais e nacionais, mas da concepção de que a corrupção é uma característica endêmica da política local. Isso porque, na perspectiva dos especialistas, a política local é o espaço próprio e ao mesmo tempo um indicador do tradicionalismo, e a sociedade tradicional é um obstáculo à modernidade. A política local, de acordo com essa visão, está sujeita, sempre, ao clientelismo, ao familismo, ao patrimonialismo, à compra de votos, ao fisiologismo, à patronagem e à violência. Esse é um viés normativo contestável. Em primeiro lugar, todos os fenômenos de distorção do processo político, identificados com o regionalismo, são igualmente encontrados na política nacional. A corrupção transcende o local, não se relaciona com a geografia, não distingue regiões, setores sociais, agentes políticos. Ou seja, nem toda política local é corrupta, clientelista, patrimonialista e fisiológica, assim como nem toda política nacional é plenamente virtuosa e corresponde ao interesse público. Aliás, a própria identificação do que seria o interesse público é uma tarefa longe de ser trivial. Há interesses diversos, locais, regionais, setoriais e todos eles competem pelos recursos escassos do governo. Muitas vezes alguns desses interesses se aliam conjuntamente, outras vezes entram em conflito; quase sempre prevalece o interesse da maioria, que pode ser uma aliança entre diversas minorias. Nesse cenário, as políticas regionais são tão legítimas como as nacionais e pode até haver casos em que políticas regionais ou setoriais sejam consideradas mais legítimas do que políticas que supostamente atende ao abstrato interesse nacional. mas não exploraremos esse aspecto neste texto.

se aferir o quanto a oscilação dos votos dos partidos apresentava variações homogêneas nos diversos distritos numa determinada série histórica de eleições. Então, quanto mais homogêneas as variações nos votos recebidos entre duas eleições, considerando-se todos os distritos eleitorais, mais nacionalizados são os partidos. A unidade de análise aqui não corresponde aos votos propriamente, mas às diferenças nas votações obtidas em eleições subsequentes.

Essa lógica de apreensão do processo de nacionalização tornou-se amplamente aceita (cf. VASSELAI 2015) e foi aplicada em diversas pesquisas sobre o tema até recentemente (MORGENSTERN et al. 2009; ALEMÁN and KELLAM 2008; BAWIN et al. 1999; KAWATO 1987; CLAGETT, FLANIGAN and ZINGALE 1984; BUTLER and STOKES 1974; CONVERSE 1969; STOKES 1967). Porém, como notaram Clagett, Flanigan and Zingale (1984), há outra forma de se perceber esse fenômeno, focada não na homogeneidade das diferenças da votação numa sequência eleitoral, mas sim na homogeneidade dos votos recebidos nos distritos numa única eleição. Morgenstern et al. (2009) denominaram essa forma de aferição de *mensuração estática da nacionalização*, que, nos termos de Kawato (1987), apreende as diferenças distritais ou regionais da votação dos partidos numa dada eleição. Nesse caso, a unidade de análise corresponde estritamente aos votos recebidos pelos partidos, e não às diferenças nas votações entre eleições.

Na verdade, a perspectiva estática retoma a noção de nacionalização partidária desenvolvida por Schattschneider (1960), que se preocupava sobretudo com a detecção da homogeneidade da votação dos partidos nos distritos do país em cada eleição específica. Jones and Maiwaring (2003) se encarregaram de difundir essa perspectiva, bem como de propor uma fórmula matemática para sua mensuração, que, atualmente, vem se tornando predominante nessa linha de pesquisa (BOSCHLER 2010; CHHIBER and KOLLMAN 2004, 1998; CARAMANI 2004; JONES and MAINWARING 2003).<sup>3</sup> Isso porque a crítica que esses autores apresentaram à perspectiva dinâmica da nacionalização convenceu diversos pesquisadores a respeito de sua inadequação para capturar o fenômeno. De acordo com eles, a *mensuração dinâmica*, na verdade, apreende a nacionalização dos padrões de volatilidade eleitoral, uma vez que sua unidade de análise é a variação nas votações dos partidos. Já a *mensuração estática*, por se concentrar na análise da homogeneidade das votações partidárias nos distritos em determinada eleição, de fato captura a efetiva uniformidade da presença dos partidos no território nacional. Isso significa que apenas a *mensuração estática* é a indicada para o estudo da nacionalização partidária pelo viés da inserção eleitoral das legendas.

Ao constatar que, independentemente da perspectiva —se dinâmica ou estática—, a literatura costuma recorrer a apenas um tipo de indicador para mensurar um fenômeno que, na prática, é multidimensional, e, desse modo, pode se manifestar de maneira variada em cada indicador que venha a compor um conjunto de

---

<sup>3</sup> Para uma análise mais detalhada dessa literatura e desse debate, consultar Vasselai (2015).

indicadores, Vasselai (2015) considerou ser necessária a ampliação do escopo analítico. Conforme ele observou, há pesquisadores que se concentraram na análise da difusão territorial da estrutura organizacional (CHHIBBER and KOLLMAN 2004; MAIR 1987; SCHATTSCHEIDER 1960), da homogeneidade do eleitorado (LIPSET and ROKKAN 1967), da oferta de candidatos (COX 1999; SCHATTSCHEIDER 1960) e do desempenho eleitoral (CARAMANI 2004; KAWATO 1987; CLAGETT, FLANIGAN and ZINGALE 1984), no entanto, inexistem estudos que juntem esses indicadores num único modelo para a análise de todas essas dimensões.

Diante disso, Vasselai (2015) propôs uma inovação tanto conceitual como operacional para a análise desse tema —a consideração de quatro dimensões de manifestação do processo de nacionalização das legendas.<sup>4</sup> Os resultados de sua análise mostraram que, do ponto de vista da *mensuração estática* e por esse prisma multidimensional, surge um panorama diferente daquele encontrado na análise comparada de Jones and Mainwaring (2003), por exemplo, na qual nosso sistema partidário foi classificado como um dos menos nacionalizados da América Latina.

Como se trata de um fenômeno complexo, conclusões taxativas com base em análises simplificadas podem ser enganadoras, e os dados de Vasselai (2015) mostraram isso. A depender da dimensão considerada, os partidos brasileiros apresentam uma nacionalização baixa ou uma nacionalização relativamente elevada. Como se trata de um país federativo, com incentivos à criação de novos partidos, até de legendas pequenas e claramente regionais, nosso sistema partidário é bastante fragmentado e, necessariamente, abrigará partidos grandes, médios e pequenos, partidos antigos e novos, assim como partidos mais nacionais e partidos mais regionais —o mais relevante, nesse caso, é que os partidos grandes e mais antigos possuem estruturas organizacionais consideravelmente nacionalizadas (GUARNIERI, PERES e RICCI 2018).

No que se refere à definição conceitual de nacionalização partidária e à sua operacionalização empírica, a pesquisa de Vasselai (2015) trouxe relevante contribuição. Embora isso já tivesse sido apontado anteriormente por outros autores (e.g.: CARAMANI 2004; KRAUSE 2005), sua ênfase na necessidade de se considerar que esse é um fenômeno com múltiplas dimensões e que, portanto, deve ser abordado empiricamente enquanto tal, trouxe subsídios indispensáveis ao debate. Do mesmo modo, sua tentativa de aglutinar aspectos até então estudados de forma mais ou menos isolada num mesmo modelo conceitual e metodológico constitui inegável

---

<sup>4</sup> A primeira é *organizacional*, que busca apreender a uniformidade da presença da estrutura organizacional dos partidos no território nacional. A segunda é a *oferta de candidatos*, cuja lógica é contabilizar o montante e a uniformidade na apresentação de candidaturas pelos partidos na competição para a deputados em todos os distritos eleitorais. A terceira é a *demanda eleitoral*, ou seja, a votação recebida pelos partidos, que, para indicar nacionalização, deve ser a mais homogênea possível em todos os distritos. A quarta corresponde ao *retorno eleitoral*, que significa a proporção de cadeiras legislativas conquistadas pelos partidos, que também deverão ser uniformemente distribuídas nos distritos.

contributo à agenda de investigações sobre um objeto cuja abordagem é difícil e sempre está sujeita a polêmicas.

Sem dúvida, um dos maiores problemas dessa área de investigação reside na imprecisão do que devemos entender por nacionalização partidária e, por extensão, da sua operacionalização empírica. Como é de praxe em qualquer desenho de pesquisa, ao se definir um conceito, já atrelam-se a ele as variáveis específicas que devem ser observadas, bem como os indicadores empíricos dessas variáveis. Ocorre que sua complexidade exige a adoção de critérios de seleção das dimensões e de suas respectivas variáveis e indicadores que muitas vezes não estão muito claros e nem justificados de forma convincente. Como vimos, a nacionalização partidária já foi percebida a partir do desempenho eleitoral, da oferta de candidaturas, da estrutura organização —seja de maneira unidimensional [apenas um desses aspectos] ou multidimensional [todos esses aspectos juntos]. Mas há outros aspectos, tanto gerais como pontuais, que poderiam ser igualmente considerados, o que significa que mesmo uma abordagem multidimensional implica uma seleção com a indicação dos critérios justificados para esse escolha.

O que então deve ser feito diante da constatação de que a nacionalização partidária abrange diversos aspectos ainda não considerados? O que observar e como observar? Como tratar os dados da observação? Por exemplo, um partido pode ser nacionalizado do ponto de vista de suas *lideranças*; mas, é razoável supor que um partido tenha lideranças nacionais e regionais ao mesmo tempo. O que fazer nesse caso? Para ser considerado nacional, esse partido deve ter lideranças nacionais, mesmo que ele também possua lideranças regionais? Se for assim, quantos líderes nacionais, *vis-à-vis* lideranças regionais, são necessários para que esse partido seja considerado nacional? Como fazer essa mensuração? Como mensurar o grau de nacionalismo de suas lideranças?

Outro exemplo: um partido também pode ser considerado nacional ou regional do ponto de vista de suas *políticas*, previstas no seu programa e/ou defendidas por ele nas instâncias de governo. Mas, na prática, podemos esperar que um partido que defenda políticas nacionais também defenda, simultaneamente, algumas políticas regionais. Sendo assim, ele ainda poderá ser considerado nacional? Ou ele deverá defender mais políticas nacionais do que regionais para ser considerado nacional? Se for esse o caso, qual a proporção ideal de política nacionais em relação às regionais para se considerar que tal partido é nacional? E tudo isso sem contar a dificuldade de se definir o que é uma política nacional; e também de se considerar que toda política regional, necessariamente, está em confronto com as políticas nacionais, e que políticas nacionais nunca conflitam com interesses regionais, igualmente legítimos.

Um exemplo final: um partido pode ser avaliado em relação ao seu grau de nacionalização tomando-se como indicador o comportamento de seus parlamentares no Legislativo. Parlamentares que seguem a orientação da liderança nacional e votam

de maneira coesa mesmo quando está em questão uma política que contraria os interesses de seu estado, podem indicar que não apenas a direção nacional tem poder de agenda e disciplina seus parlamentares, mas que o comportamento coletivo do partido na arena legislativa nacional é nacionalizado. Mas como identificar claramente qual projeto é nacional sem que corresponda a interesses de determinadas regiões? Como não confundir projeto de interesse nacional com projetos que são do interesses de setores sociais que estão difusos no território e que, portanto, transcendem regiões geográficas? Em que medida o que se está captando é a nacionalização do partido ou um “jogo oculto” envolvendo diversas arenas de negociação entre interesses mais gerais e interesses regionais?

Como se pode perceber, além de possuir dimensões, tanto mais amplas como mais restritas, a nacionalização partidária também envolve gradações em seus indicadores. Por exemplo, se considerarmos que, para ser nacional, um partido deve ter uma organização espalhada de maneira uniforme pelo país, apoio eleitoral homogeneamente distribuído pelos distritos, defender políticas nacionais e, ainda, ter lideranças de projeção nacional, como lidar com as diferentes gradações que porventura serão encontradas em cada um dos indicadores? A composição desses indicadores num índice demandará a indicação de critérios de difícil justificação, especialmente em decorrência das diversas combinações possíveis de valores dos indicadores. Esse problema se agrava ainda mais quando a análise transcende um único partido e abarca diversas legendas, cada qual com gradações diferentes em cada indicador. Diante disso, como tirar alguma conclusão segura acerca do conjunto de partidos? Se concluir algo a respeito de um único partido já será uma tarefa difícil, mais difícil ainda será inferir qualquer coisa para todos os partidos. Uma alternativa seria avaliar como cada partido se posiciona em cada indicador, mostrando que ele é mais nacional por um lado e menos nacional por outro, por exemplo. Mas isso não ajudaria a resolver a questão de se decidir se um partido é ou não nacional afinal de contas.

A pesquisa de Vasselai (2015) propõe a abordagem multidimensional da nacionalização partidária, mas descarta a construção de um índice que sintetize os valores gradativos de cada indicador. Sua conclusão, por isso, aponta para o fato de que os partidos são nacionalizados em algumas dimensões e regionais em outras. Partindo da premissa de que esse é um fenômeno complexo, seu estudo mostra que a nacionalização é maior ou menor dependendo da dimensão considerada. Porém, esse tipo de abordagem nos deixa sem uma resposta mais substantiva acerca do problema central: o quanto os partidos são nacionais e como compara-los em relação a esse aspecto?

Na verdade, há aqui uma impasse que deve ser superado. Por um lado, a análise do fenômeno pelo exame de apenas uma ou duas de suas dimensões desconsidera sua complexidade e, assim, pode deixar escapar alguns de seus aspectos relevantes. Por outro lado, se abordado em todas as suas dimensões, a análise desse problema se bifurca em dois becos aparentemente sem saída. Num deles, temos de

lidar com a intratabilidade da gradação de valores das diversas variáveis visando à sintetização das informações num único indicador. No outro, a fim de se evitar essa situação, resta-nos a alternativa de analisar cada índice isoladamente, sem procurar qualquer síntese dos dados, mas daí ficamos distantes de um diagnóstico conclusivo mais geral.

Para superar essa dificuldade metodológica, nossa proposta é que se deve articular as duas formas de análise, ou seja, admitir a multidimensionalidade do fenômeno e, ao mesmo tempo, manter sua análise circunscrita às duas dimensões tradicionais: a organização partidária e a votação recebida nos distritos. Isso pode parecer contraditório, à primeira vista, mas, na verdade, isso é possível porque, nesse caso, é viável capturar analiticamente a multidimensionalidade da nacionalização partidária naquelas duas dimensões. Na prática, as demais variáveis indicadas pela literatura (cf. VASELAI 2015) —oferta de candidatos, conquista de cadeiras e desempenho eleitoral homogêneos— são desdobramentos do desempenho eleitoral dos partidos e, por isso, a mensuração da homogeneidade dos votos recebidos por eles nos distritos já é um indicador suficiente das suas presenças. Obviamente, se o partido conquistou cadeiras é porque ofertou candidatos e eles receberam votos. Em outras palavras, receber votos é a condição necessária para se conquistar cadeiras e, por sua vez, ofertar candidaturas é a condição necessária para se obter votação.

Portanto, essas três variáveis —votos, candidatos e cadeiras— são circulares e medem a mesma coisa: o desempenho eleitoral do partido. Ademais, no caso da conquista de cadeiras, há uma variável interveniente que reduz a acuidade da mensuração, que é o sistema eleitoral. Isso significa que os resultados da competição não configuram um indicador adequado para o que se quer capturar na análise. O que sobra, a oferta de candidatos, como vimos, só faz sentido como indicador se produzir resultados eficientes, o que quer dizer angariar apoio eleitoral. Então, na prática, a análise da votação dos partidos visando à aferição da homogeneidade de sua distribuição nos distritos é um indicador que comporta os demais indicadores que correspondem às dimensões relativas à arena eleitoral.

A estrutura organizacional, por sua vez, traz outras implicações, pois ela pode indicar o tipo de presença do partido em cada localidade, se efetiva ou provisória, assim como a quantidade de filiados, entre outras. Ainda assim, é possível dizer que, mesmo no caso da organização partidária, há alguma vinculação potencial com o desempenho eleitoral. Se o partido obteve votos nos distritos é porque lançou candidatos e se lançou candidatos é porque tem alguma estrutura organizacional instalada nesses locais. É claro que o partido pode ter estrutura organizacional e não lançar candidatos, ou lançar candidatos e não obter um desempenho eleitoral satisfatório. Por isso mensurar a difusão da organização partidária pelo território do país é relevante e essa dimensão não deve ser desconsiderada. Mas, no longo prazo, não faz sentido que o partido mantenha sua organização em locais cuja votação seja tão reduzida que esse investimento não se traduza em nenhuma cadeira representativa —a não ser no caso de partidos antissistêmicos. Então, se o partido



decide continuar investindo na difusão territorial de sua organização e, ainda, mantém essa estrutura ao longo do tempo, é porque esse investimento traz dividendos eleitorais. Dito de outra forma, no longo prazo, as dimensões da organização e do desempenho eleitoral acabam convergindo.

Em relação a outras dimensões que são menos mencionadas, como o teor das políticas defendidas pelos partidos e seu grau de coesão nas votações de grandes questões nacionais, o que temos é uma confusão conceitual entre nacionalização partidária e nacionalização das políticas. As políticas defendidas pelos partidos e seu comportamento nas votações legislativas são variáveis relacionadas com as políticas, e não propriamente com a nacionalização dos partidos. Partidos regionais podem defender políticas nacionais, caso elas convirjam com seus interesses locais, assim como partidos nacionais podem defender políticas regionais sempre que estas lhe interessem de algum modo. Portanto, analiticamente, nacionalização da política e das políticas [públicas] é um processo que deve ser separado de nacionalização partidária, assim como a mensuração de cada um desses fenômenos envolve indicadores específicos.

Outra observação nesse sentido é indispensável. A análise da nacionalização partidária, da forma como proposta aqui, não deve ser confundida com uma análise da nacionalização do sistema partidário. Parcela da literatura tem abordado esse processo indiscriminadamente, sem perceber as sutis distinções que há entre partidos nacionalizados e sistemas partidários nacionalizados (JONES e MAINWARING, 2003; CARAMANI, 2004; CHHIBBER e KOLLMAN, 2004; MORGENSTERN, 2005; MORGENSTERN e SWINDLE, 2005; MORGENSTERN, SWINDLE e CASTAGNOLA, 2009). É presumível que partidos nacionalizados não necessariamente indiquem se tratar de um sistema partidário nacionalizado. Isso porque, em primeiro lugar, tratam-se de unidades de análises distintas, de modo que qualquer mensuração a respeito do sistema partidário tem que ser igualmente sistêmica. O índice de nacionalização partidária de Jones e Mainwaring (2003), utilizado neste estudo, é uma medida que toma os partidos como unidade de análise. O resultado global até permite alguma inferência para o conjunto de partidos, mas não para o sistema de partidos. Em segundo lugar porque os partidos de um sistema normalmente apresenta índices variados de nacionalização, de modo que alguns serão mais nacionais e outros menos nacionais. Inclusive, há níveis variados se mudamos a escala de verificação do fenômeno – por exemplo, partidos nacionalizados na esfera nacional podem ter sua intensidade mantida ou elevada nas dimensões subnacionais. Isso, indubitavelmente, não permite qualquer conclusão segura a respeito do sistema partidário.

Diante disso, nossa análise considera que o exame do grau de homogeneidade na distribuição dos votos dos partidos pelo território do país é uma medida de nacionalização que engloba as demais e, por isso, essa é a variável exclusiva de interesse na presente análise do caso brasileiro. A difusão da estrutura organizacional também é considerada uma dimensão relevante, porém, em virtude da inexistência de dados confiáveis para todos os partidos dos três períodos analisados, essa variável

não é incluída no estudo.<sup>5</sup> Em resumo, em termos de operacionalização conceitual, este estudo considera que partidos nacionalizados são aqueles que conseguem obter apoio eleitoral o mais homogêneo possível nas sucessivas eleições nos distritos eleitorais. Em termos analíticos, o grau de homogeneidade das votações será examinado com base nas eleições para deputados federais e estaduais.<sup>6</sup>

## METODOLOGIA

Para a análise do caso brasileiro, recorreremos ao índice de nacionalização partidária proposto por Jones and Mainwaring (2003), o *Party Nationalization Score* (PNS). O PNS é uma adaptação do Coeficiente de Gini para sua aplicação na análise de dados eleitorais.<sup>7</sup> Na aplicação de Jones e Mainwaring (2003), o índice de Gini foi adaptado para mensurar o percentual de votos desiguais recebidos pelos partidos numa mesma eleição, considerando-se as diferentes circunscrições eleitorais do território nacional. Desse modo, para se calcular a pontuação de cada partido é necessário ponderar de maneira igual os distritos.<sup>8</sup> Sua fórmula é a seguinte, em que  $X_i$  é a proporção acumulada representada pelo percentual de votos válidos ganhos pelo Partido  $X$  no estado  $i$ , dividido pela soma das percentagens vencida pelo Partido  $X$  em todos os estados, e  $Y_i$  é a proporção cumulativa que qualquer estado representa no número total de estados ou outra subunidade política.

$$G_i = \sum_{i=1}^n (X_i Y_i + 1) - \sum_{i=1}^n (X_i + 1 Y_i)$$

Valores que se aproximem de 1 indicam alta nacionalização partidária. Isso em razão do *Party Nationalization Score* ser o resultado do cálculo do coeficiente de Gini subtraído por 1, já que o interesse principal é medir a dispersão dos sufrágios, no caso,

---

<sup>5</sup> Devemos observar, porém, que no caso do período atual, pesquisas recentes demonstraram que há um grau elevado de nacionalização das legendas grandes e médias (VASSELA 2015), abrangendo organizações tanto permanentes como provisórias (GUARNIERI, PERES e RICCI 2018; GUARNIERI 2015).

<sup>6</sup> As eleições majoritárias não são analisadas devido à participação irregular de partidos nesses pleitos e também por causa das coligações, que impactam na oferta de candidatos aos postos do Executivo. Além disso, as eleições majoritárias tendem a reduzir o número de competidores, impedindo a observação do apoio eleitoral de todos os partidos.

<sup>7</sup> O coeficiente de Gini, criado pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912, é um índice largamente utilizado em estudos relacionados à distribuição de renda, grau de pobreza, desigualdade social e de desenvolvimento econômico dos países pelo mundo, pois se trata de uma medida de dispersão/concentração. Isso significa que sua lógica pode ser aplicada a estudos que envolvam quaisquer problemas envolvendo distribuição irregular de valores.

<sup>8</sup> Vários trabalhos utilizaram essa metodologia para analisar os países que da América do Sul, da América do Norte e da Ásia e das Europas Central e Oriental (e.g. JONES e MAINWARING 2003; CHHIBBER e KOLLMAN 2004; BOCHSLER 2005). Desses trabalhos, podemos depreender que o PNS é um índice confiável, pois segue critérios rigorosos (GOLOSOV 2014): a) utiliza dados primários, b) os dados podem ser decompostos em unidades, c) usa uma normatização que varia entre 0 e 1 ou 100%, d) possui escala de invariância frente a outros fatores e) tem facilidade de medição computacional.

homogeneidade de apoio partidário. Assim, esta é sua expressão matemática:  $PNS = 1 - G_i$ .

Os dados eleitorais são oriundos de três fontes: a) o repositório<sup>9</sup> do TSE, que cobre as eleições brasileiras de 1945 até os dias atuais, b) os dados eleitorais da Câmara dos Deputados do período de 1945-1964, retificados por Nicolau (2004), e c) os dados recolhidos pelo sistema *electionsBR*, referentes ao período de 1998 a 2016. O repositório de dados eleitorais possibilita acesso a parte substancial da informação sobre as eleições brasileiras. Contudo, em razão do passado de precário arquivamento de dados, uma parte delas está incompletos, notadamente as informações anteriores às eleições gerais de 1994. A coleta de novas estatísticas mais precisas das votações dos partidos da Segunda República, realizada por Nicolau (2004), permite um tratamento mais satisfatório dos dados daquele sistema partidário, já que em torno de 90% das informações acerca dos votos para a Câmara dos Deputados pôde ser recuperada. Os dados mais recentes sobre as eleições no Brasil foram capturados por intermédio do *software package electionsBR*,<sup>10</sup> do ambiente de programação R (MEIRELES, SILVA e COSTA, 2016, p.02).

Para uma perspectiva mais analítica dos dados obtidos pelo cálculo do índice, recorreremos também a uma classificação própria do *PNS* alcançado pelos partidos, de acordo com intervalos na sua escala de 0 a 1, cujos valores indicam seu grau de nacionalização. Como se pode observar no **Quadro 1**, há cinco níveis de nacionalização, com intervalos que variam conforme critérios que convencionamos de modo a tornar mais exigente a identificação de partidos plenamente nacionalizados e a se estabelecer três níveis de nacionalização [baixa, moderada e elevada] entre os polos mínimo [regional] e máximo [nacional].

**QUADRO 1.**  
**Classificação do Status da Nacionalização Partidária com base no PNS**

Status	Legenda	Intervalo PNS
Nacionalização Baixa	B	De 0.31 a 0.50
Nacionalização Elevada	E	De 0.71 a 0.90

Fonte: Elaboração própria.

<sup>9</sup>Link para acesso:<<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>.

<sup>10</sup> Para acesso ao download desse software e consulta dos tutoriais para uso dos códigos, utilizar este link: <<http://electionsbr.com/index.html>>.

## ANÁLISE

Os dados da **Tabela 1** e da **Tabela 2** mostram que, no que se refere à fragmentação eleitoral e aos partidos relevantes, repete-se, no caso da nacionalização, o padrão do sistema partidário de 1945-64 identificado pela literatura especializada. PSD, UDN e PTB são os partidos que apresentam os maiores graus de nacionalização, considerando-se suas médias para o período. Em ambas as disputas —para deputado estadual e federal—, o PSD era o partido mais nacionalizado, enquanto PTB e UND obtiveram índices equivalentes à nacionalização moderada. A dinâmica desses dois partidos, no entanto, foi díspar —enquanto a UDN apresentou valores decrescentes nas sucessivas eleições, o PTB obteve valores crescentes. Além disso, o PTB teve um desempenho mais expressivo na competição para deputado estadual em comparação com a eleição para deputado federal.

**Tabela 1. PNS e Status Classificatório da Nacionalização nas Eleições para Deputado Federal [1945-62]**

Partidos	1945	1950	1954	1958	1962	Média
UDN	0.79 [E]	0.64 [M]	0.58 [M]	0.60 [M]	0.60 [M]	0.64 [M]
PTB	0.38 [B]	0.51 [M]	0.60 [M]	0.58 [M]	0.66 [M]	0.55 [M]
PDC	0.16 [R]	0.09 [R]	0.19 [R]	0.14 [R]	0.22 [R]	0.16 [R]
PR	0.09 [R]	0.23 [R]	0.23 [R]	0.14 [R]	0.12 [R]	0.16 [R]
PRP	0.35 [B]	0.12 [R]	0.09 [R]	0.12 [R]	0.08 [R]	0.15 [R]
PRD	0.11 [R]	-	-	-	-	0.11 [R]
PL	0.11 [R]	0.08 [R]	0.14 [R]	0.08 [R]	0.06 [R]	0.09 [R]
MTR	-	-	-	-	0.08 [R]	0.08 [R]
PRT	-	0.12 [R]	0.04 [R]	0.08 [R]	0.04 [R]	0.07 [R]

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do TSE

Legenda: R = Regionalizado; B = Nacionalização Baixa; M = Nacionalização Moderada; E = Nacionalização Elevada; N = Nacionalizado

Outro dado a ser ressaltado são os valores alcançados pelo PCB nas duas competições. Seu PNS no período permite classificá-lo como moderadamente nacionalizado, inclusive com um índice superior à média do PTB nas eleições para deputado federal. Essa comparação, todavia, deve ser feita com cautela, uma vez que o PCB só disputou uma eleição nesse período. Não obstante, esses valores mostram que se o partido não tivesse sido cassado, provavelmente ele viria a se estabelecer como um dos mais relevantes, podendo até mesmo alterar o quadro partidário que acabou se estruturando naquela época.

**Tabela 2. PNS e Status Classificatório da Nacionalização nas Eleições para Deputado Estadual [1947-62]**

Partidos	1947	1950	1954	1958	1962	Média
UDN	0.76 [E]	0.56 [M]	0.66 [M]	0.66 [M]	0.65 [M]	0.66 [M]
PCB	0.55 [M]	-	-	-	-	0.55 [M]
PRP	0.50 [B]	0.58 [M]	0.20 [R]	0.36 [B]	0.39 [B]	0.41 [B]
PR	0.34 [B]	0.26 [R]	0.39 [B]	0.28 [R]	0.25 [R]	0.30 [R]
PST	-	0.11 [R]	0.22 [R]	0.16 [R]	0.26 [R]	0.19 [R]
PL	0.07 [R]	0.07 [R]	0.18 [R]	0.13 [R]	0.23 [R]	0.14 [R]
PRT	-	0.19 [R]	0.11 [R]	0.09 [R]	0.10 [R]	0.12 [R]
POT	0.07 [R]	0.07 [R]	-	-	-	0.07 [R]
PPS	-	-	-	-	-	-
PAN	-	-	-	-	-	-

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do TSE

**Legenda:** R = Regionalizado; B = Nacionalização Baixa; M = Nacionalização Moderada; E = Nacionalização Elevada; N = Nacionalizado

No caso das eleições para deputado federal, apenas o PSP obteve desempenho suficiente para ser classificado como um partido de nacionalização baixa. Já nas eleições para deputado estadual, além do próprio PSP, outras duas legendas alcançaram um grau baixo de nacionalização - PRP e PDC. De resto, a quantidade de

partidos regionais nas duas disputas foi elevada. Tratou-se de um sistema partidário com fragmentação moderada do ponto de vista do número efetivo de partidos, mas com um número nominal de partidos considerável. O maior montante de partidos com nacionalização baixa, além daqueles com nacionalização moderada, na disputa para deputado federal, aponta para a possibilidade de se supor, hipoteticamente, que partidos menores ganham maior competitividade em eleições de níveis subnacionais mais circunscritos.

Na **Tabela 3** e na **Tabela 4**, podemos observar o índice de nacionalização partidária do período autoritário. Como se sabe, havia apenas dois partidos —Arena e MDB. Por ser bipartidário, esse sistema incentivou a estruturação nacional dessas legendas e, ao mesmo tempo, a obtenção de apoio eleitoral em todo o território nacional para candidatos ofertado por elas no mercado de votos. Nesse contexto, era de se esperar um grau elevado de nacionalização, o que é confirmado pelos dados. A Arena predomina como o partido mais nacionalizado nos dois tipos de disputa, com valores relativamente estáveis. O MDB, por sua vez, apresenta valores crescentes, indicando que, apesar de sua nacionalização já ter sido elevada desde o início do período, sua estruturação, sua difusão territorial e sua competitividade aumentavam gradativamente. Mas há uma diferença a ser destacada —o MDB se mostrou mais nacionalizado nas eleições para deputado federal; inclusive, no caso das eleições para deputado estadual, o partido somente conseguiu alcançar um grau de nacionalização elevado em 1978, a última do período.

**Tabela 3. PNS e Status Classificatório da Nacionalização nas Eleições para Deputado Federal [1966-78]**

Eleição	Arena	MDB
1970	0.88 [E]	0.73 [E]
1978	0.87 [E]	0.80 [E]
Média [1966-78]	0.86 [E]	0.77 [E]

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do TSE

**Legenda:** R = Regionalizado; B = Nacionalização Baixa; M = Nacionalização Moderada; E = Nacionalização Elevada; N = Nacionalizado

\* **Nota Explicativa:** Essa eleição não corresponde ao período bipartidário e aparece aqui apenas para mostra a continuidade da nacionalização dos partidos herdeiros da Arena [PDS] e do MDB [PMDB].

Apesar de ser um partido de oposição controlado por meio da manipulação das regras eleitorais, o MDB mostrou-se capaz de se capitalizar eleitoralmente cada vez mais em todos os distritos eleitorais. De fato, tanto o MDB como a Arena foram eficientes na montagem de uma base partidária e de um capital eleitoral que seriam essenciais para a persistência dessas legendas tanto no processo de abertura democrática como na dinâmica partidária da democracia vindoura. Ambos deixaram

um legado organizacional e eleitoral aos seus herdeiros diretos e indiretos, assegurando a continuidade do seus processos de nacionalização. O MDB converteu-se em PMDB, seu herdeiro direto que, depois, levaria ao surgimento do PSDB, seu herdeiro indireto; a Arena teria como herdeiro direto o PDS que, depois de fusões e mudanças de sigla, resultaria no atual PP, assim como propiciaria a criação do PFL, atualmente DEM, seu herdeiro indireto. Essa inércia da nacionalização dos partidos herdeiros da Arena do MDB é reforçada pelo PNS de 1982 nas tabelas.

**Tabela 4. PNS e Status Classificatório da Nacionalização nas Eleições para Deputado Estadual [1966-78]**

Eleição	Arena	MDB
1970	0.80 [E]	0.69 [M]
1978	0.77 [E]	0.71 [E]
Média	0.77 [E]	0.70 [M]

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do TSE.

**Legenda:** R = Regionalizado; B = Nacionalização Baixa; M = Nacionalização Moderada; E = Nacionalização Elevada; N = Nacionalizado.

\* **Nota Explicativa:** Essa eleição não corresponde ao período bipartidário e aparece aqui apenas para mostra a continuidade da nacionalização dos partidos herdeiros da Arena [PDS] e do MDB [PMDB].

O sistema partidário do período atual tem propriedades consideravelmente distintas do seu congênere de 1945-64, como mostram os dados da **Tabela 5** e da **Tabela 6**. Há, agora, um número de partidos, tanto nominal como efetivo, bastante superior. Por consequência, a fragmentação eleitoral é particularmente elevada, assim como a quantidade de partidos médios e grandes relevantes no jogo parlamentar. A quantidade de partidos com baixa nacionalização e com nacionalização moderada também é proporcionalmente muito maior no sistema atual do que naquele. Em outros aspectos, contudo, há convergências entre os dois sistemas —poucos partidos têm graus elevados de nacionalização—apenas PMDB e PT—e há um montante expressivo de partidos regionais.

Do ponto de vista da continuidade entre o sistema bipartidário e o atual, seja nas eleições para deputado federal seja nas eleições para deputado estadual, podemos observar que o MDB proporcionou a um herdeiro direto, o PMDB, e a um herdeiro indireto, o PSDB, níveis elevado e moderado de nacionalização, respectivamente. Do mesmo modo, a Arena assegurou ao seu herdeiro direto, o PDS/PP, e aos seu herdeiros indiretos, o DEM e, em alguma medida, o PTB, níveis moderados de nacionalização. Enquanto isso, alguns partidos que foram criados no início do sistema partidário desse recente período democrático e que não tinham vínculos diretos relevantes com o bipartidarismo, conseguiram alcançar um nível de nacionalização elevado [PT] ou moderado [PDT e PSB]. Mais recentemente, dois

novos partidos já surgiram com nacionalização moderada—PSD e SD.

**Tabela 5**  
**PNS e Status Classificatório da Nacionalização nas Eleições para Deputado Federal [1998-2014]**

	1998	2002	2006	2010	2014	Média
PT	0,64 [M]	0,72 [E]	0,76 [E]	0,76 [E]	0,70 [M]	0,72 [E]
PP	0,62 [M]	0,69 [M]	0,63 [M]	0,64 [M]	0,66 [M]	0,65 [M]
PSD2	-	-	-	-	0,61 [M]	0,61 [M]
PDT	0,54 [M]	0,57 [M]	0,60 [M]	0,57 [M]	0,60 [M]	0,58 [M]
PTB	0,53 [M]	0,52 [M]	0,58 [M]	0,55 [M]	0,49 [B]	0,53 [M]
PPS	0,38 [B]	0,56 [M]	0,47 [B]	0,50 [B]	0,44 [B]	0,47 [B]
PC do B	0,46 [B]	0,37 [B]	0,50 [B]	0,46 [B]	0,51 [B]	0,46 [B]
PSOL	-	-	0,50 [B]	0,40 [B]	0,38 [B]	0,43 [B]
PRP	0,32 [B]	0,43 [B]	0,49 [B]	0,49 [B]	0,35 [B]	0,42 [B]
PROS	-	-	-	-	0,40 [B]	0,40 [B]
PTC	0,28 [R]	0,42 [B]	0,24 [R]	0,32 [B]	0,45 [B]	0,34 [B]
PTN	0,22 [R]	0,40 [M]	0,19 [R]	0,41 [M]	0,24 [B]	0,29 [R]
PAN	0,22 [R]	0,37 [B]	0,23 [R]	-	-	0,27 [R]
PMN	0,20 [R]	0,26 [R]	0,24 [R]	0,32 [B]	0,28 [R]	0,26 [R]
PRTB	0,29 [R]	0,29 [R]	0,25 [R]	0,24 [R]	0,17 [R]	0,25 [R]
PSL	0,11 [R]	0,22 [R]	0,33 [B]	0,28 [R]	0,25 [R]	0,24 [R]
PSD1	0,19 [R]	0,25 [R]	-	-	-	0,22 [R]
PST	0,19 [R]	0,21 [R]	-	-	-	0,20 [R]

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do TSE.

**Legenda:** R = Regionalizado; B = Nacionalização Baixa; M = Nacionalização Moderada; E = Nacionalização Elevada; N = Nacionalizado.



**Tabela 6**  
**PNS e Status Classificatório da Nacionalização nas Eleições para Deputado Estadual [1998-2014]**

	1998	2002	2006	2010	2014	Média
PT	0,73 [E]	0,73 [E]	0,72 [E]	0,74 [E]	0,74 [E]	0,73 [E]
PSDB	0,71 [E]	0,70 [M]	0,68 [M]	0,71 [E]	0,63 [M]	0,69 [M]
PSD2	-	-	-	-	0,63 [M]	0,63 [M]
PTB	0,59 [M]	0,70 [M]	0,63 [M]	0,58 [M]	0,48 [B]	0,60 [M]
PPS	0,43 [B]	0,68 [M]	0,56 [M]	0,67 [M]	0,60 [M]	0,59 [M]
PC do B	0,55 [M]	0,54 [M]	0,56 [M]	0,59 [M]	0,58 [M]	0,56 [M]
PV	0,43 [B]	0,45 [B]	0,52 [M]	0,60 [M]	0,58 [M]	0,52 [M]
PSOL	-	-	0,56 [M]	0,42 [B]	0,44 [B]	0,47 [B]
PSC	0,41 [B]	0,37 [B]	0,38 [B]	0,56 [M]	0,47 [B]	0,44 [B]
PPL	-	-	-	-	0,41 [B]	0,41 [B]
PHS	0,29 [R]	0,40 [B]	0,38 [B]	0,38 [B]	0,52 [M]	0,39 [B]
PRP	0,25 [R]	0,40 [B]	0,35 [B]	0,43 [B]	0,38 [B]	0,36 [B]
PTC	0,31 [B]	0,28 [R]	0,37 [B]	0,41 [B]	0,40 [B]	0,35 [B]
PST	0,24 [R]	0,39 [B]	-	-	-	0,31 [B]
PTN	0,21 [R]	0,29 [R]	0,24 [R]	0,36 [B]	0,42 [B]	0,30 [R]
PRONA	0,40 [B]	0,17 [R]	0,27 [R]	-	-	0,28 [R]
PCB	0,40 [B]	0,29 [R]	0,14 [R]	0,26 [R]	0,19 [R]	0,26 [R]
PSDC	0,11 [R]	0,22 [R]	0,21 [R]	0,26 [R]	0,39 [R]	0,24 [R]

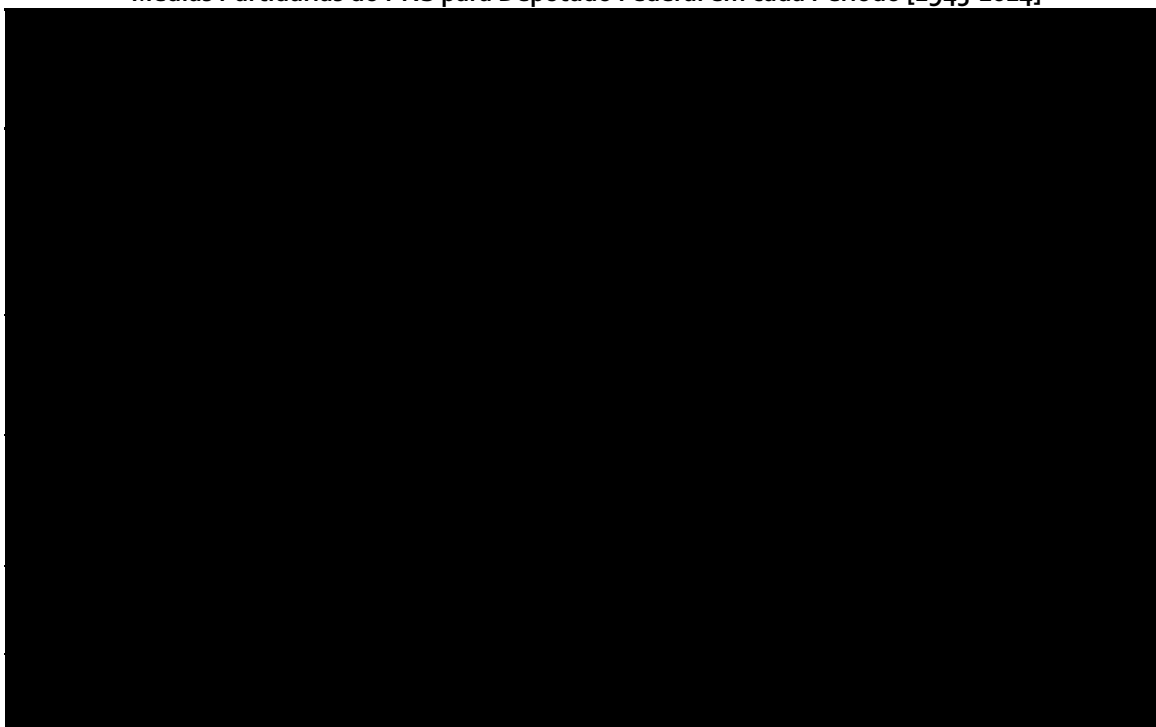
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do TSE.

Legenda: R = Regionalizado; B = Nacionalização Baixa; M = Nacionalização Moderada; E = Nacionalização Elevada; N = Nacionalizado.

Esses dados mostram que o sistema partidário brasileiro tornou-se ainda mais complexo do que o de 1945-64, embora ambos sejam pluripartidários. Na primeira experiência democrática brasileira, havia algum grau fragmentação eleitoral e um número nada desprezível de partidos regionais. Mas esse quadro ganhou um volume muito mais intenso no contexto atual, com uma fragmentação eleitoral bastante elevada e uma quantidade expressiva de partidos regionais, assim como de partidos com baixa nacionalização. Por outro lado, contribuindo para incrementar ainda mais essa complexidade, temos agora um montante também elevado de partidos com nacionalização moderada. Em contrapartida, em ambos os sistemas, a quantidade de partidos com nacionalização elevada é reduzida, como mostram o **Quadro 2** e o **Quadro 3**, nos quais são dispostos os partidos de cada período, de acordo com a classificação do grau de nacionalização e tendo suas médias como parâmetro.

Comparando os três sistemas partidários, podemos inferir que, em princípio, o bipartidarismo induz mais facilmente à nacionalização das legendas, enquanto o multipartidarismo estimula a manifestação de um quadro complexo que abriga graus variados de nacionalização e até um número elevado de partidos regionais, especialmente em se tratando de um país com arranjo federativo. Mesmo no caso de não haver uma estrutura consociativa, ainda assim o regionalismo partidário pode emergir em decorrência de diversos outros fatores, tais como a diversidade de elites e de interesses regionais, os incentivos institucionais à criação de partidos, o sistema eleitoral e as estratégias de competição—há partidos que poderão investir apenas em alguns distritos, visando à conquista cadeiras representativas suficientes para lhes assegurar recursos estatais.

**Quadro 2**  
**Classificação dos Partidos segundo o grau de Nacionalização, com base nas**  
**Médias Partidárias do PNS para Deputado Federal em cada Período [1945-2014]**

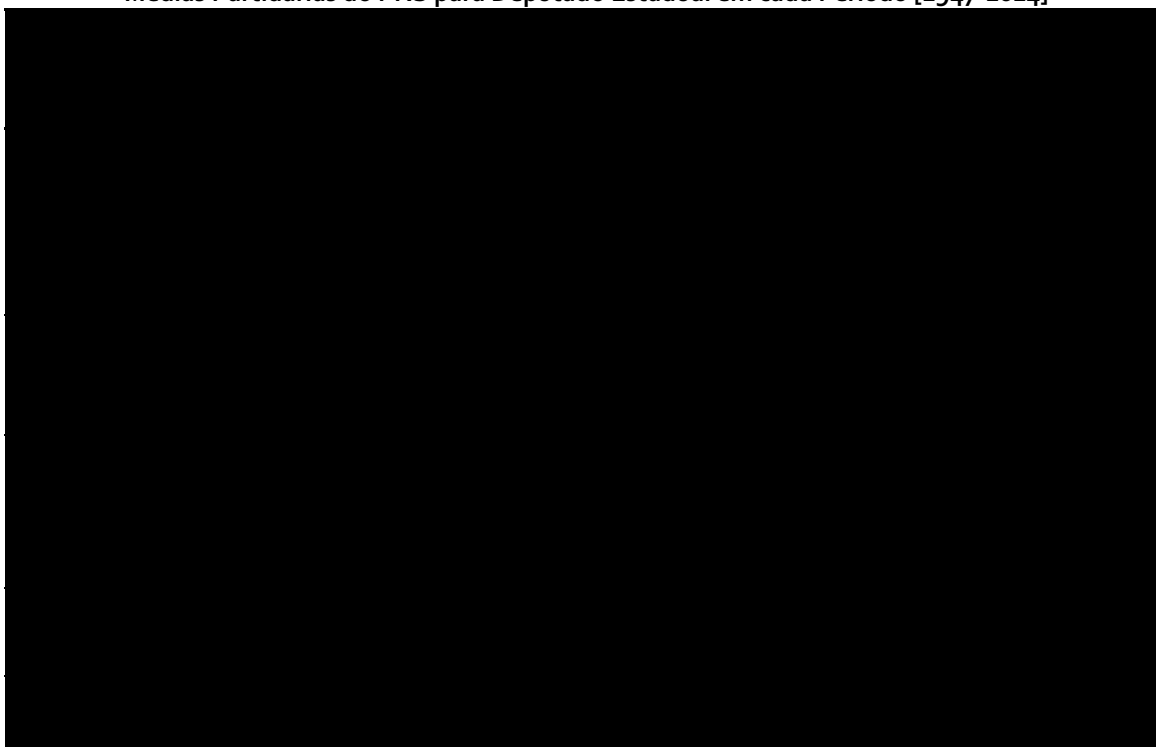


Fonte: Elaboração própria.

No caso brasileiro, outro dado chama a atenção. Independentemente do formato quantitativo do sistema partidário, no máximo dois partidos conseguiram nacionalização elevada —nenhum atingiu nacionalização plena. Nos dois tipos de disputa eleitoral analisados, apenas o PSD chegou ao status de nacionalização elevada no sistema de 1945-64, no período bipartidário, Arena e MDB, e, no período atual, PMD e PT obtiveram o mesmo status. Como o bipartidarismo incentiva a nacionalização dos dois partidos, não é contra-intuitivo esse diagnóstico para aquela época, mas, no caso dos dois sistemas multipartidários, e em especial para o recente sistema partidário altamente fragmentado, a existência de apenas um partido em 1945-64 e de dois partidos no contexto de agora é um dado a ser destacado. O que explica esse padrão? E o que explica o fato de o PT, um partido não-herdeiro, ter nacionalização elevada ao lado de um partido herdeiro, o PMDB? Por que o PSDB, um partido herdeiro indireto do MDB, que polariza a disputa nas eleições presidenciais com o PT, tenha nacionalização moderada ao invés elevada?

Aqui cabem algumas hipóteses. O PT assumiu a liderança da esquerda brasileira no início dos anos 1990, retirando o PDT dessa posição. Sua chegada à Presidência da República contribuiu para seu crescimento eleitoral, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. O PMDB herdou do MDB a estrutura partidária e o capital eleitoral difundidos pelo país e sua participação nos governos nacionais também contribuiu para a manutenção de seu grau de nacionalização em níveis elevados. Suas lideranças regionais e suas divisões internas permitem a adoção de estratégias de coligações e coalizões variadas, assegurando recursos que são indispensáveis ao seu bom desempenho eleitoral.

**Quadro 3**  
**Classificação dos Partidos segundo o grau de Nacionalização, com base nas**  
**Médias Partidárias do PNS para Deputado Estadual em cada Período [1947-2014]**



Fonte: Elaboração própria.

O PSDB, resultado de uma cisão do PMDB, já surgiu com nacionalização moderada, mas seu protagonismo na disputa presidencial não resultou no aumento da uniformidade de sua votação nos distritos a ponto de lhe garantir um status semelhante ao PMDB e ao PT. A chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo nacional deslocou o PSDB para a oposição, o que teve impactos importantes no seu desempenho eleitoral nas disputas subsequentes. O PFL/DEM também surgiu de uma cisão, no caso, do PDS/PP, o que também assegurou-lhe uma nacionalização moderada desde o início. Sua participação nos governos nacionais do PSDB possibilitaram a manutenção desse status, assim como seu deslocamento para a oposição aos governos petistas quase levou o partido à extinção. Mais recentemente, o DEM voltou a crescer, mas não o suficiente para lhe garantir votos homoganeamente distribuídos nos distritos a ponto de lhe dar uma nacionalização elevada. O PP, por sua vez, depois de sofrer uma drástica redução no seu desempenho à medida que o sistema partidário foi-se tornando cada vez mais plural e a competição pelos eleitores de direita foi-se acirrando, também voltou a crescer, de modo que sua nacionalização é moderada.

Assim, temos um quadro complexo, com partidos herdeiros e não-herdeiros, com partidos mais antigos e partidos novos, com partidos grandes, médios e pequenos. Temos partidos regionais, partidos com baixa nacionalização, com nacionalização moderada e com nacionalização elevada. No geral, predominam partidos regionais e com baixa nacionalização; mas há um número expressivo de partidos com nacionalização moderada. Essa complexidade evidencia que o sistema partidário brasileiro opera em sintonia com a diversidade de interesses sociais, com os incentivos à criação de partidos e com o arranjo federativo. A fragmentação eleitoral, enfim, está associada tanto ao regionalismo como a graus moderados de nacionalismo partidário.

## **CONCLUSÃO**

Consideramos que algumas inferências teóricas podem ser feitas a partir dos dados analisados. Em primeiro lugar, a transição da democracia de 1945-64 para um regime autoritário parece ter implicado a descontinuidade do sistema partidário anterior. Em segundo lugar, a transição do autoritarismo parcialmente fechado de 1964 para a democracia atual parece ter possibilitado a continuidade do sistema bipartidário no multipartidarismo posterior, por meio partidos herdeiros diretos e indiretos da ARENA e do MDB. Em terceiro lugar, talvez seja possível conjecturar que o tipo de regime e de transição favorecem a continuidade ou não dos partidos e, conseqüentemente, de sua nacionalização.

Essa conjectura apoia-se nos seguintes fundamentos. Quando regimes autoritários substituem democracias, é de se esperar uma total ruptura em relação aos partidos pré-existentes. De fato, espera-se que regimes autoritários impeçam a existência dos partidos, das eleições e até dos Parlamentos. Mas, o caso brasileiro discrepa dessa expectativa, uma vez que o regime inaugurado em 1964 manteve o

processo eleitoral para o Parlamento e impôs, compulsoriamente, um sistema bipartidário para desempenhar, de maneira controlada, a função de representação política. Com efeito, apesar de acomodar as elites políticas anteriores, a implantação desse sistema envolveu a desarticulação das organizações partidárias que atuavam na democracia que fora interrompida.

Portanto, em princípio, quando um regime autoritário se estabelece no lugar de uma democracia, há dois cenários possíveis: (1) ou os partidos que existiam simplesmente deixam de existir sem que nada seja colocado em seu lugar, (2) ou, como nos mostra o caso brasileiro, eles deixam de existir para que sejam implantados novos partidos, que deverão abrigar, de maneira artificial, as antigas elites políticas, e, o mais importante, para que o novo regime mantenha uma fachada democrática capaz de encobrir seus casuísmos legais e o uso de controles formais e informais pelo governo autoritário sobre o comportamento dos políticos.

Quando ocorre o contrário, ou seja, um regime autoritário é substituído pela democracia, os desdobramentos possíveis dependerão do tipo de regime autoritário precedente e do tipo de transição. Em princípio, se (1) o regime autoritário tiver sido totalmente fechado, ou seja, sem partidos e eleições, é mais provável que surgirão novos partidos desconectados do sistema partidário que existia antes da ruptura democrática, não importa se a transição tenha sido brusca, como no caso português, ou gradual, como no caso brasileiro. Essa é uma suposição lógica que não pode ser tomada como regra geral, pois há casos que contradizem essa expectativa, como, por exemplo, o uruguaio e o chileno —então, essa suposição tem mais valor heurístico, visando à classificação dos casos e à identificação das discrepâncias, do que um valor hipotético para teste crucial.

Claramente, o tempo aqui exerce uma função incremental em todos os casos —quanto maior o tempo de duração do regime autoritário, menor a probabilidade de haver qualquer tipo de continuidade entre os partidos anteriores e os partidos criados desde o retorno da democracia. Não se trata de descartar totalmente a possibilidade de que partidos pré-existentes sejam retomados, mas, além de isso ser algo difícil de acontecer, caso ocorra, essa retomada poderá ser apenas da sigla e da sua tradição política, e talvez até de algumas das antigas lideranças, mas, na prática, tratar-se-á de uma nova organização com uma estrutura a ser montada, com novos membros, novos quadros e um novo investimento em sua nacionalização.

Agora, se o regime autoritário tiver sido do tipo parcialmente fechado, mantendo-se algumas eleições e, conseqüentemente, um quadro partidário em operação, é mais provável que essas legendas se mantenham de alguma forma no regime democrático depois da transição, tendo esta sido brusca ou gradual, embora pareça ser mais razoável supor que transições graduais sejam mais favoráveis à sobrevivência das estruturas organizacionais das legendas que atuavam no período autoritário. Nesse caso, é provável que o sistema partidário que se implantará no regime democrático que se instala abrigará legendas herdeiras dos partidos anteriores

e partidos criados nesse novo contexto, mesmo que estes contenham lideranças políticas antigas e vinculadas anteriormente com as legendas anteriores.

Em quarto lugar, é indispensável que o estudo da nacionalização partidária adote uma definição conceitual que diferencie esse fenômeno da nacionalização da política [debates] e da nacionalização das políticas [públicas]. Em quinto lugar, é necessário o abandono da perspectiva normativa favorável à nacionalização e desfavorável ao regionalismo partidário, pois, somente assim será possível compreender um fenômeno que é complexo e que dependente de cada contexto social e institucional.

## BIBLIOGRAFIA

- ALEMÁN, Eduardo; KELLAM, Marisa. The Nationalization of Electoral Change in the Americas. **Electoral Studies**, vol. 27, nº2, pp. 193–212, 2008.
- ALFARO-REDONDO, Ronald. Explaining party nationalization in new democracies: Central America (1980-2010). **Working Paper for the degree of Master of Arts and Sciences**. Columbia: Columbia University, 2010.
- AMES, Barry. **Os Entraves da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- BOCHSLER, Daniel. Measuring party nationalization: a new Gini-based indicator that corrects for the number of units. **Center for Comparative and International Studies**, vol. 1, p. 01-27. 2009.
- \_\_\_\_\_. The nationalization of political parties: a triangle model, applied on the Central and Eastern European Countries. **CEU Political Science Journal**, vol. 4, p. 06-37. 2006.
- \_\_\_\_\_. The puzzle of party system in Central-East Europe: Is party nationalization the key variable? **General Conference of the European Council of Political Research**, Budapest, p. 01-36. 2005.
- BORGES, André. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão. **DADOS**, vol.58, nº 3, pp. 651- 688. 2015.
- BORGES, André. Subnational Hybrid Regimes and Democratization in Brazil: why party nationalization matters. IN: BEHREND, Jacqueline; WHITEHEAD, Laurence (Orgs.). **Illiberal Practices: territorial variances within large federal democracies**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2016.
- CARAMANI, Daniele. **The Nationalization of Politics: the formation of national electorates and party systems in Western Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CHHIBBER, Pradeep; KOLLMAN, Ken. **The Formation of National Party Systems: Federalism and party competition in Canada, Great Britain, India, and the United States**. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- CLAGGETT, W; FLANIGAN, W; ZINGALE, N. Nationalization of the American Electorate. **The American Political Science Review**, vol. 78, nº1, pp. 77–91, 1984.
- GOLOSOV, Grigorii. Party system nationalization: the problems of measurement with an application to federal states. **Party Politics**, vol. 22, nº 3, pp. 278-288. 2014.
- GUARNIERI, Fernando. A Força dos partidos “fracos”. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.54, nº1, 2011, pp.235-258.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1936 [1995].
- JONES, Mark; MAINWARING, Scott. The Nationalization of parties and party systems: An empirical measure and an application to Americas. **Kellogg Institute Working Paper**. Vol. 1, Nº 304, p. 01-30. 2003.

- KAWATO, M; KAZUNORI F; SUZUKI, R. (1987). A hierarchical neural-network model for control and learning of voluntary movement. **Biological Cybernetics**, October 1987, Volume 57, Issue 3, pp 169–185.
- KRAUSE, S. (2005). "Uma Análise Comparativa das Estratégias Eleitorais nas Eleições Majoritárias de 1994, 1998 e 2002: Coligações Eleitorais versus Nacionalização dos Partidos e do Sistema Partidário Brasileiro"; In: KRAUSE, S. e SCHMITT, R. (Orgs.), **Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil**. São Paulo: Unesp/KAS.
- LAGO-PEÑAS, Ignacio; LAGO-PEÑAS, Santiago. Decentralization and nationalization of party systems. **Andrew Young School of Policy Studies**, vol. 10, nº 6, p. 01-29. 2010.
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.
- LIMA Jr., O. B. (1983). **Partidos Políticos Brasileiros: A Experiência Regional e Federal (1945-64)**. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (1997). **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 1980**. Rio de Janeiro: Loyola.
- MAINWARING, S. (1999). **Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil**. Stanford: Stanford University Press.
- MAINWARING, S. and SCULLY, T. (1995). **Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America**. Stanford: Stanford University Press.
- MAINWARING, Scott. **Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- \_\_\_\_\_, Scott. Democracia Presidencialista Multipartidária: o caso do Brasil. **LUA NOVA**, n.28/29, p.21 – 74. 1993.
- MEIRELES, F; SILVA, D; COSTA, B. **electionsBR: R functions to download and clean Brazilian electoral data**. Belo Horizonte: Federal University of Minas Gerais (UFMG), 2016. Brazil. <<http://fmeireles.com/files/electionsbr.pdf>>.
- MORGENSTERN, Scott. Questions of Party Nationalization. **Annual Meeting of the American Political Science Association**, Washington, D.C. p. 01-23. 2005.
- MORGENSTERN, Scott; SWINDLE, Stephen. Are politics local? An analysis of voting patterns in 23 democracies. **Comparative Political Studies**. Vol. 38, Nº 2, p. 143-170. 2005.
- MORGENSTERN, Scott; SWINDLE, Stephen; CASTAGNOLA, Andrea. Party Nationalization and Institutions. **The Journal of Politics**. Vol. 71, Nº 4, p. 1322-1341. 2009.
- NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.
- NICOLAU, Jairo. **Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- NUNES, Edson. (1997), **A gramática política do Brasil**, Brasília/Rio de Janeiro, ENAP/ Jorge Zahar.
- PERES, P; RICCI, P; GUARNERI, F. (2013). How Brazilian Parties Organize: Centralization by Strategic Leadership Design. In: **Annual Meeting of American Sociological Association**, 2013, New York. ASA Annual Meeting. New York: ASA, 2013. v. 1.
- RODDEN, Jonathan; WIBBELS, Erik. Dual accountability and the nationalization of party competition: evidences from four federations. **Party Politics Journal**, vol. 17, nº 5, pp. 629-653. 2010. <DOI: 10.1177/1354068810376182>.
- ROMA, C. e BRAGA, M. S. (2002). "Sistema Partidário, Eleições e a Questão Federativa no Brasil", In: PINTO, C. R. e MARENCO, A. (Orgs.), **Partidos no Cone-Sul: Novos Ângulos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung.
- SCHATTSCHEIDER, Elmer. **The Semisovereign People: A Realist's View of Democracy in America**. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1960.
- STOKES, Donald E. (1967). "Spatial Models of Party Competition." **The American Political Science Review**, 57(2):368-377.

- VASSELAI, Fabricio. **Nationalization and localism in electoral systems and party systems**. Thesis in Political Science. São Paulo: University of São Paulo, 2015.
- VERTZ, L; FRENDEIS, J; GIBSON, J. Nationalization of Electorate in the United States. **The American Political Science Review**, vol. 81, nº3, pp. 961–966, 1987.
- VIANNA, Oliveira. **O Idealismo da Constituição**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.
- WAHMAN, Michael. Nationalized Incumbents and Regional Challengers: Opposition- and Incumbent-Party Nationalization in Africa. **Party Politics**, p. 01-14. 2015. <DOI: 10.1177/1354068815596515>.